



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

APADRINHAMENTO CIVIL

PAULO JORGE DA PONTE FERREIRA

25723

CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES

DISSERTAÇÃO

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ISABEL ALEXANDRE

JUNHO 2019

Agradecimentos:

A elaboração de uma Dissertação de Mestrado é um trabalho árduo e solitário por parte do seu autor.

No entanto é de mais elementar justiça agradecer a todos aqueles que, ao nosso redor, nos ajudaram a que o mesmo tivesse visto a luz do dia

Assim agradeço em primeiro lugar à minha esposa Maria dos Anjos e à nossa filha Maria Rita pelo amor, carinho, paciência e apoio ao longo destes anos.

Agradeço aos meus pais por tudo o que me deram.

Aos meus colegas de trabalho e amigos.

À minha orientadora Doutora Isabel Alexandre por toda a disponibilidade demonstrada.

Por fim, dedico esta Dissertação à minha avó materna falecida no ano de 2018.

Resumo:

Em 2009 surge uma nova figura no ordenamento jurídico português: O Apadrinhamento Civil. Esta figura jurídica surge com o Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil tendo com o objectivo fazer cumprir o artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa, que prescreve assim: *“as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”*.

Esta figura, tal como a figura jurídica do Acolhimento Familiar, pretende evitar o constante recurso à institucionalização de crianças e jovens, e com isso proporcionar a estas um projecto de vida adequado, um lar que proporcione amor e carinho a que tem direito e com isso defender o superior interesse da criança e jovem.

Saber o que é o Apadrinhamento Civil, quem pode apadrinhar, quem pode ser apadrinhado, como se processa ou como se pode revogar o Apadrinhamento Civil, direitos e deveres das diversas partes envolvidas, comparar o Apadrinhamento Civil com a Adopção e com Acolhimento Familiar, são as diversas questões que iremos abordar e sistematizar ao longo da presente dissertação e que se espera poder vir a ser útil a quem se interessar por estas matérias, seja por motivos profissionais, seja por motivos académicos ou até mesmo pessoais.

Infelizmente a figura jurídica do Apadrinhamento Civil não tem tido a relevância merecida, o que leva a que o número de Apadrinhamentos Civis seja ainda diminuto e aquém do desejável.

Abstract:

In 2009, a new figure emerges in the Portuguese legal system: Civil Sponsorship. This legal figure arises with the Legal Regime of Civil Sponsorship with the aim of enforcing Article 69 of the Constitution of the Portuguese Republic, which prescribes: "children have the right to protection of society and the State, with a view to its development integral, especially against all forms of abandonment, discrimination and oppression and against the abusive exercise of authority in the family and in other institutions. " This figure, like the legal figure of the Family Home, aims to avoid the constant recourse to the institutionalization of children and young people, and with that to provide to them a project of adequate life, a home that provides love and care to which it is entitled and with that to defend the best interests of children and young people. Knowing what is Civil Sponsorship, who can sponsor, who can be sponsored, how or how can it be revoked Civil Sponsorship, rights and duties of the various parties involved, compare Civil Sponsorship with Adoption and Family Accommodation, are the various issues that we will address and systematize throughout this dissertation and that it is hoped to be useful to those who are interested in these matters, whether for professional reasons, or for academic or even personal reasons. Unfortunately, the legal figure of Civil Sponsorship has not had the deserved relevance, which means that the number of Civil Sponsorships is still small and beyond what is desirable.

Palavras-chave: Acolhimento Familiar, Adopção, Apadrinhamento Civil, crianças, Direito dos Menores, jovens

Por opção pessoal o autor não usa o Novo Acordo Ortográfico.

.

Siglas e abreviaturas

Art	-	Artigo
cf.	-	confira, confronte
cit., cits.	-	citado, citada, etc., cita-se; citação, citações
CC	-	Código Civil
CEDH	-	Convenção Europeia dos Direitos Humanos
CRP	-	Constituição da República Portuguesa
DL	-	Decreto-Lei
ed., eds.	-	edição, edições; editora, editoras
<i>et al.</i>	-	et alii (e outros)
FDUL	-	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
LOFTJ	-	Lei Organização/Funcionamento dos Tribunais
Judiciais		
LPCJP	-	Lei Protecção de Crianças e Jovens em Perigo
LPMA	-	Lei da Procriação Medicamente Assistida
LTC	-	Lei do Tribunal Constitucional
MP	-	Ministério Público
n. ^o , n. ^{os}	-	número, números
n. m., ns. ms.	-	número marginal, números marginais
n. p.	-	não publicada(o)
N.T.	-	nota do tradutor
org.	-	organizador, organização
OTM	-	Organização Tutelar de Menores
p., pp.	-	página, páginas
parág.	-	parágrafo
Port.	-	Português
reimp.	-	reimpressão
rev.	-	revisão, revista
RJAC	-	Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil
s., ss.	-	seguinte, seguintes
s. d.	-	sem data
trad.	-	tradução (de), traduzido (por)
TC	-	Tribunal Constitucional
vol., vols.	-	volume, volumes

ÍNDICE

Introdução.....	11
I. Apadrinhamento Civil	12
1.1 Noção.....	12
1.2 - Quem pode ser Padrinho Civil.....	15
1.3 - Habilitação e designação.....	18
1.4 - Quem pode ser apadrinhado.....	23
1.5 - Exercício de responsabilidades parentais.....	26
1.6 - Direitos dos pais.....	28
1.7 - Constituição do Apadrinhamento Civil.....	29
1.8 Processo.....	31
1.9 - Revogação.....	32
1.10 - Alimentos.....	34
1.11 - Impedimento matrimonial e dispensa.....	35
1.12 - Direitos dos Padrinhos.....	38
II. Apadrinhamento Civil vs Adopção	40
III. Apadrinhamento Civil vs Acolhimento Familiar.....	49
Conclusão	61
Bibliografia	64

Introdução

A presente Dissertação de Mestrado pretende analisar um instituto jurídico no âmbito do ramo do Direito dos Menores, denominado Apadrinhamento Civil, bem como compará-lo com outros dois institutos jurídicos do mesmo ramo do Direito: São eles a Adopção e o Acolhimento Familiar.

A figura jurídica do Apadrinhamento Civil nasceu no ano de 2009, por via da Lei n.º 103/2009, publicada em Diário da República no dia 11 de Setembro. Esta Lei aprova aquilo que se denomina por Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil (doravante designado por RJAC).

O RJAC sofreu alterações em 2015, através da Lei n.º 141/2015, de 8 de Setembro. A sua regulamentação constituiu-se por via do Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de Outubro e entrou em vigor no dia 27.12.2010.

O RJAC aplica-se a crianças e jovens até aos 18 anos, na linha do que acontece prescrito na Convenção Sobre os Direitos da Criança no seu artigo 1, ou como prescreve a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em perigo (LPCJP), por via do seu artigo 5.º, alínea a).

Importa referir que o RJAC surge como forma de ajudar o legislador a poder cumprir o preceito constitucional que se encontra previsto no artigo.º 69 da Constituição da República Portuguesa (C.R.P.), nomeadamente, *“as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições”*.

Saber o que é o Apadrinhamento Civil, quem pode apadrinhar, quem pode ser apadrinhado, como se processa ou como se pode revogar o Apadrinhamento Civil, direitos e deveres dos diversos intervenientes envolvidos (pais, padrinhos e afilhados), comparar o Apadrinhamento Civil com a Adopção e com Acolhimento Familiar, são as diversas questões que iremos abordar e sistematizar ao longo da presente dissertação e que se espera poder vir a ser útil a quem se interessar por estas matérias, seja por motivos profissionais, seja por motivos académicos ou até mesmo pessoais.

I. Apadrinhamento Civil

1.1 Noção

O RJAC fornece-nos a noção de Apadrinhamento Civil. Assim, e lendo o preceito do artigo 2.º, encontramos como sendo uma relação jurídica, que deve tender para um carácter permanente, com uma relação entre uma criança ou jovem por um lado, e por outro, uma pessoa singular ou uma família. Pessoa singular ou família que exerce(m) os poderes e deveres próprios e onde se deseja que se estabeleçam vínculos afectivos, os quais permitam o bem-estar e desenvolvimento da criança ou jovem. Por último, estamos perante uma relação jurídica constituída por homologação ou decisão judicial e que se encontra sujeita a registo civil.

Tendo em conta a doutrina e a jurisprudência que foi sendo produzida no âmbito do Apadrinhamento Civil, verificamos que ainda é escassa a produção de obra e de acórdãos nos tribunais superiores portugueses, o que talvez se justifica pela juventude deste instituto jurídico no sistema jurídico português, o qual ainda não se conseguiu densificar em pleno.

Ainda assim, e pese embora este constrangimento, existem alguns acórdãos com relevância para o estudo que se pretende efectuar nesta dissertação, e que merecem assim o nosso estudo e a nossa análise.

Assim temos o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, referente ao Processo 5557/10.STBCSC.L1-7, datado de 27.11.2012, onde o relator Roque Nogueira considera que, *“o Apadrinhamento Civil é um novo Instituto do Direito da família e constitui uma nova Providência Tutelar Cível, sendo mais mais uma a tentar afastar as crianças / jovens das instituições de acolhimento quando elas não podem ser adoptadas”*.¹

Outro exemplo da jurisprudência dos tribunais portugueses é o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, referente ao processo 2288/08.OTCL.L1.2, datado de 22.11.2012, onde o relator Jorge Leal considera que, “o

¹ Consultada em www.dgsi.pt

*Apadrinhamento Civil é um vínculo jurídico que, em regra, concilia a manutenção de vínculos biológicos com os vínculos afectivos do Apadrinhamento, constituindo no nosso ordenamento jurídico um meio apto a proporcionar uma solução de protecção de crianças em perigo de carácter definitivo, sem ser a confiança para a adopção”.*²

Mais recente, temos o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, referente ao Processo 1495/11.2TMPRT.P1, cujo relator Madeira Pinto considera, “o *objectivo confesso do legislador ao instituir este instrumento jurídico foi o de tirar muitas crianças e jovens das instituições (porque todos reconhecem que ali não devem ficar muito tempo, dado que não é um habitat adequado ao seu pleno desenvolvimento) e permitir-lhes viverem com uma nova família, o(s) padrinho(s) mantendo as relações de laço de sangue com os pais*”³.

Ora analisando estes acórdãos, verificamos que existem algumas questões que são comuns a todos eles.

Assim, o Apadrinhamento Civil constitui-se como um novo instituto dentro do Direito da Família. Por outro lado, o Apadrinhamento Civil aparece como uma tentativa de enquadrar uma criança e / ou jovem numa família, sem que isso signifique a perda do vínculo e a ausência do contacto com os pais e restantes familiares. O Apadrinhamento Civil surgiu assim como tentativa de evitar a institucionalização e ser uma alternativa ao processo de Adopção, quando o mesmo não se possa verificar numa determinada criança ou jovem.

Vamos agora analisar o que a douta doutrina tem para nos ensinar em relação à noção de Apadrinhamento Civil, desde que esta figura jurídica surgiu em 2009, e que, como vamos observar, não difere substancialmente daquilo que tem vindo a ser afirmado até agora.

Autores como Guilherme de Oliveira, Francisco Pereira Coelho, Tomé d’Almeida Ramião, Ana Rita Alfaiate, Geraldo Rocha, Margarida Silva Pereira, Catarina Costa Dias ou Diana Cunha Ribeiro dedicaram-se ao estudo deste

² Consultada em www.dgsi.pt

³ Consultada em www.dgsi.pt

tema em termos académicos lançando pistas no estudo desta figura jurídica, servindo de apoio doutrinal na construção desta Dissertação.

Assim, e tendo em conta a noção de Apadrinhamento Civil, existem autores que consideram estarmos perante uma relação familiar, e encontramos quem considere estarmos perante uma relação para-familiar.

Um dos autores que considera estarmos perante uma relação familiar é Jorge Duarte Pinheiro, que considera que a *“exigência de intervenção estatal para constituição e revogação do vínculo, a duração (que ultrapassa o período de menoridade do afilhado) e a finalidade de integração familiar (do afilhado junto dos padrinhos) permite considerar o Apadrinhamento Civil uma nova relação inominada (a par da filiação por consentimento não adoptivo)”*⁴

Maria Margarida Silva Pereira segue a mesma linha doutrinal do autor anterior, quando considera que *“o Apadrinhamento Civil é uma realidade jurídica de tipo familiar”*⁵.

No polo oposto e na perspectiva dos autores que defendem a posição de estarmos perante uma relação quase familiar ou mesmo parafamiliar, verifica-se que, por exemplo, Ana Rita Alfiante e Geraldo Rocha Ribeiro escrevem *“que o Apadrinhamento Civil constitui uma relação jurídica quase familiar, porquanto os laços de solidariedade que lhe subjazem se mantêm para lá da maioridade do afilhado sendo mais que um mero instituto de suprimimento da incapacidade por menoridade”*⁶.

Se lermos a Proposta de Lei n.º 253/X que serviu de base ao RJAC, verificamos que esta apresenta como objectivo central, *“a desinstituição, através da constituição de uma relação para-familiar tendencialmente permanente, destinada às crianças e jovens que não são encaminhados para a adopção ou não são adoptados”*. Ou seja, a Proposta de Lei que deu origem ao RJAC situa a mesma na perspectiva da relação Para-Familiar, tendo em conta

⁴ Pinheiro, Jorge Duarte, *O direito da família contemporâneo*, 3ª Edição, Almedina, 2011, página. 772.

⁵ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 763

⁶ Alfiante, Ana Rita e Ribeiro, Geraldo Rocha, *Reflexões a propósito do apadrinhamento civil*, Revista do CEJ, 2013

a classificação estabelecida pela doutrina entre relação Familiar e relação Para-Familiar.

Em conclusão deste sub-capítulo, podemos afirmar que estamos perante uma figura jurídica que pretende acima de tudo o bem-estar e o desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens que possam beneficiar desta figura jurídica, evitando assim situações prolongadas de institucionalização (situação tendencialmente indesejável), de modo a que estabeleça aquilo que Guilherme de Oliveira denomina de “relação de afecto”⁷. Afecto esse que se revela importante no crescimento e desenvolvimento da criança ou do jovem, de modo a tornar-se no futuro um adulto equilibrado e integrado socialmente.

Como escreve Catarina Costa Dias, *“esta figura pretende ser uma solução para crianças ou jovens que, não podendo voltar às famílias biológicas, também se encontram numa situação onde não estão preenchidos os requisitos para a Adopção e onde o afastamento da família natural não é tido como benéfico”*⁸.

1.2 Quem pode ser Padrinho Civil?

Podemos encontrar resposta a esta questão no RJAC, no seu artigo 4.º, quando afirma: *“podem apadrinhar pessoas maiores de 25 anos, previamente habilitadas para o efeito, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 11.º”*

Assim, verifica-se que existe uma idade mínima para se poder apadrinhar (que se situa nos 25 anos), verifica-se também que não existe nenhuma idade máxima para se poder ser Padrinho Civil.

Sobre a questão da idade máxima, Guilherme de Oliveira considera que, *“a esperança média de vida que tem aumentado significativamente, devendo*

⁷ AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 7

⁸ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatório de estágio com vista a abtenção de estágio, consultado on line em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf,, página 1

*perguntar-se se os patamares máximos hoje tidos por razoáveis não poderão estar, a breve trecho, desactualizados*⁹.

Na questão da idade mínima para se poder ser Padrinho Civil, Tomé d'Almeida Ramião advoga a ideia que quando se tratar de Apadrinhamento Civil por parte de uma família, ambos os Padrinhos devem ter idade superior a 25 anos, pois afirma *“o candidato, ou candidatos ao Apadrinhamento Civil devem reunir as condições de idade aquando da sua habilitação e não em data posterior, visto que é esse o momento de aferição da capacidade e respectiva certificação, não podendo esta ocorrer sem que a idade referida haja sido atingida”*¹⁰.

Considera-se, pois, esta questão pertinente, na medida que caso o legislador estabelecesse uma idade máxima para se poder ser Padrinho Civil, corria-se o risco desse limite etário poder ficar rapidamente desactualizado, tendo em conta o aumento da esperança de vida que tem ocorrido em Portugal nos últimos anos, e que mantém tendência de crescimento para os próximos anos.

Assim sendo, a única limitação que eventualmente poderá ocorrer nesta questão é o facto de, quanto maior for a idade do Padrinho / Madrinha, menos condições se reúnem, para que essas pessoas consigam cumprir com os factores de habilitação. Com posição idêntica encontramos Catarina Costa Dias, quando afirma *“como existe, em princípio, um prévio processo de habilitação, parece que a avançada idade dos Padrinhos pode ser um critério dissuasor da constituição de Apadrinhamento Civil”*¹¹.

Como escreve Guilherme de Oliveira, *“na falta de um limite máximo previsto por lei, restará aos serviços, no momento da habilitação, verificar se a idade*

⁹ AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 11

¹⁰ Ramião, Tomé d'Almeida, *Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado*, Quid Juris, 2011, página 13

¹¹ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatório de estágio com vista a abtenção de estágio, consultado on line em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf, página 61

avançada de um candidato ou candidata importa a diminuição das qualidades pessoais exigidas pelos factores de habilitação”¹²

No que diz respeito à idade mínima para se poder ser Padrinho Civil, o legislador tem como objectivo garantir que o Padrinho ou a Madrinha tenham um mínimo aceitável de maturidade. Face a esse objectivo, o legislador definiu como limite mínimo os 25 anos, o que nos afigura como sendo um limite mínimo aceitável e pertinente.

Aliás, nessa linha de raciocínio, Guilherme Oliveira afirma que *“procura-se garantir patamares mínimos de maturidade para desempenhar cabalmente o papel que a lei comete ao padrinho, o que inclui, designadamente assumir um compromisso de cariz tendencialmente perpétuo”¹³*.

O Apadrinhamento Civil pode ser singular ou em conjunto, ou seja, pode ser constituído apenas por um Padrinho ou Madrinha, que em termos individuais assumem a sua posição de Padrinho / Madrinha, ou então pode ser constituído por um casal, independentemente da sua orientação sexual.

Ou seja, quer um casal heterossexual, quer um casal homossexual podem assumir e constituir uma relação de Apadrinhamento Civil com uma criança ou jovem.

A Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro, veio eliminar as discriminações no acesso à Adopção, Apadrinhamento Civil e demais relações jurídicas de carácter familiar, nomeadamente, no que diz respeito a casais do mesmo sexo, terminando assim com alguma discussão doutrinal que existia sobre a matéria entre a doutrina portuguesa, nomeadamente a de saber se um casal homossexual podia ou não ser Padrinho Civil de uma criança ou jovem.

Maria Margarida Silva Pereira considera que a Lei n.º 2/2016 *“teve um efeito meramente clarificador”*.¹⁴ Esta autora remete-nos para a Dissertação de Mestrado de Diana Cunha Ribeiro. Segundo esta última autora, *“efectivamente*

¹² Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017 página 65

¹³ idem, página 10

¹⁴ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 765

em nenhum preceito legal relativo ao Apadrinhamento Civil encontramos uma restrição expressa à constituição deste vínculo por casais do mesmo sexo. O legislador ao nada dizer, abriu a porta à admissibilidade de constituição desta relação”¹⁵

Por sua vez Rui do Carmo defende que *“a lei do Apadrinhamento Civil não restringe o conceito de família apenas a algumas das relações familiares, nem o restringe quanto ao número de membros da família que podem assumir o compromisso. Ou seja, não impede, por exemplo, que uma criança possa ser apadrinhada por dois irmãos que vivam em economia comum, ou por uma família constituída por pai, mãe e filho”¹⁶.*

1.3.Habilitação e designação

Vamos agora abordar duas fases importantes para a constituição do vínculo do Apadrinhamento Civil. São elas a fase da habilitação e a fase da designação.

Estas fases revestem um carácter obrigatório e onde por norma a habilitação procede a designação, muito embora possam existir casos concretos em que o contrário possa acontecer, nomeadamente quando o padrinho designado seja alguém ligado à criança ou jovem. Posteriormente procede-se ao processo de habilitação, nos moldes e nos termos instituídos pelos serviços da Segurança Social.

Segundo Isabel Pastor, por *“habilitação dos padrinhos entende-se o processo administrativo e técnico destinado a aferir e certificar que a pessoa singular ou a família que se propõem a apadrinhar uma criança possui a idoneidade, a capacidade e a autonomia de vida que permita assumir e exercer, com benefício para a criança ou jovem, as responsabilidades parentais”¹⁷.*

¹⁵ Ribeiro, Diana Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Direito de Coimbra, 2015, disponível online em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>, página 13

¹⁶ Carmo, Rui do, *Apadrinhamento Civil – Um Recomeço?* In *I Congresso de Direito da Família e das Crianças*, Almedina, Coimbra, 2016, páginas 210 e 211

¹⁷ Pastor, Isabel, *Apadrinhamento Civil – Constrangimentos, virtualidades e consolidação do instituto*, Revista do CEJ (2013), página 160

No que diz respeito à habilitação dos Padrinhos, o seu conceito pode ser retirado do artigo 12.º do RJAC, concretamente no seu n.º 1, quando afirma que a habilitação *“consiste na certificação de que a pessoa singular ou os membros da família que pretendem apadrinhar uma criança ou jovem possuem idoneidade e autonomia de vida que lhes permitam assumir as responsabilidades próprias do vínculo de Apadrinhamento Civil”*.

Da leitura do artigo 11.º do RJAC, verificamos que a candidatura a Padrinho civil tanto pode partir por quem tiver legitimidade para tal, como pode partir por iniciativa dos pais, do representante legal da criança ou jovem, da pessoa que tenha a sua guarda de facto, ou ainda da própria criança ou jovem.

No primeiro caso estamos perante uma candidatura espontânea, onde quem se pretender habilitar a Padrinho Civil terá de constar numa lista regional. O facto de a lista ter um carácter regional faz todo o sentido, pois, como escreve Guilherme de Oliveira *“contrariamente ao que sucede na adopção, onde muitas vezes pode haver vantagem em afastar a criança adoptada dos seus pais biológicos e do seu anterior meio natural de vida, o apadrinhamento não pretende promover, mas antes evitar, a ruptura dos laços com a família biológica da criança ou jovem. Assim, pode ser vantajoso para o afilhado que os padrinhos vivam próximos dos pais”*¹⁸.

No mesmo sentido temos Diana Cunha Ribeiro, quando considera que, *“esta é uma exigência que vai de encontro ao objectivo do instituto, uma vez que, não se pretende que o menor quebre os laços com a família biológica”*.¹⁹

Acompanhamos esta posição doutrinária, muito embora deva-se referir que nem sempre a proximidade geográfica seja critério essencial quando falamos em Apadrinhamento Civil, pois como refere Guilherme de Oliveira, *“a indicação*

¹⁸ AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, pagina 30.

¹⁹ Ribeiro, Diana Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Direito de Coimbra, 2015, disponível on line em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>, página 15

*dada pela lei quanto à característica regional da lista, não deve ser obstáculo à constituição de um vínculo de apadrinhamento*²⁰.

Apesar da existência das candidaturas espontâneas, a situação ideal passa pela prevalência da designação dos padrinhos por parte das pessoas directamente ligadas à criança ou jovem. São essas as pessoas que se encontram em condição de escolher a melhor opção para a criança ou para o jovem, devendo ter como base os critérios do consenso e da cooperação.

Estes critérios são critérios importantes que não dispensam o processo de habilitação posterior, onde se pretende averiguar e avaliar as competências das pessoas de modo a que se possa cumprir com todos os requisitos mínimos exigíveis a qualquer Padrinho Civil.

O artigo 12.º do RJAC, refere-se à habilitação dos padrinhos. Assim, no seu número 1.º, indica que a habilitação *“consiste na certificação de que a pessoa singular ou os membros da família que pretendem apadrinhar uma criança ou jovem possuem idoneidade e autonomia de vida que lhes permitam assumir as responsabilidades próprias do vínculo de Apadrinhamento Civil”*

Assim, verifica-se que a acrescer ao critério formal de possuir idade superior a 25 anos, o candidato a Padrinho Civil deve conseguir cumprir com dois importantes critérios: São eles, o critério da idoneidade e o critério da autonomia de vida.

No que diz respeito a esses dois critérios, Guilherme de Oliveira refere que *“a idoneidade enquanto característica mais genérica, remetendo para uma ideia de aptidão pessoal, de rectidão nas suas relações com os outros”*.²¹

Já a autonomia de vida, e segundo o mesmo autor, *“abrange a capacidade financeira e, em geral, a competência para tomar decisões para reger a sua pessoa e a do afilhado”*.²²

AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 30

²¹ Idem, página 34

²² Idem, página 35

Diana Cunha Ribeiro, sobre este tema, vai um pouco mais longe na concretização daquilo que entende por autonomia de vida, ao afirmar que, por esta, *“podemos entender que o candidato tem de possuir estabilidade emocional, independência financeira para fazer face às despesas com o afilhado o que incluirá além de outras coisas, uma habitação que respeite as condições de habitualidade e higiene indispensáveis ou a possibilidade de fazer face às despesas, por exemplo, com a educação da criança ou do jovem”*²³.

Por outras palavras, para se poder assumir a condição de Padrinho Civil não basta apenas ter boa vontade e altrismo, mas é também necessário ser-se uma pessoa idónea, com bons valores éticos, morais e sociais, mas também possuidora de condições financeiras e de estabilidade económica, o qual permita exercer cabalmente a missão de apadrinhar uma criança ou um jovem.

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 12.º do RJAC, compete ao Instituto de Segurança Social a tarefa de proceder à habilitação dos Padrinhos Civis.

Estamos perante uma tarefa bastante importante para o sucesso da implementação do Apadrinhamento Civil, pois e tal como afirma Isabel Pastor, *“sobre os organismos da Segurança Social recai a grande responsabilidade de promover, implementar e consolidar esta nova forma de integração familiar de crianças e a competência exclusiva em matérias de habilitações de padrinhos”*²⁴.

A mesma autora refere que, *“o Instituto de Segurança Social, IP (ISS,IP) elaborou um manual de procedimentos, divulgado por todas as equipas dos centros distritais do ISS, IP com definição de critérios para a apreciação da situação de “apadrinhabilidade” e demais pressupostos de aplicação de previdência e bem assim orientações e instruções de trabalho respeitantes à*

²³ Ribeiro, Diana Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação de Mestrado na Faculdade de Direito de Coimbra, 2015, disponível on line em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>, página 16

²⁴ Pastor, Isabel *Apadrinhamento Civil – Constrangimentos, virtualidades e consolidação do instituto*, Revista do CEJ (2013), página 156

habilitação dos padrinhos (realização das entrevistas e critérios para a tomada de decisão de habilitação ou exclusão), não esquecendo a formação dos técnicos”²⁵

Os critérios acima referidos vão desde a personalidade e maturidade do candidato; capacidade de dar resposta às necessidades da criança ou do jovem afilhado; as condições habitacionais e de higiene; a não existência de problemas de saúde limitadores por parte do candidato a Padrinho Civil; motivações e expectativas do mesmo; disponibilidade para cooperar com os serviços do Instituto de Segurança Social e com os pais biológicos, sempre com o fim de garantir o bem-estar e o desenvolvimento da criança e do jovem. O candidato deve também possuir um registo criminal compatível e não se encontrar inibido ou limitado de responsabilidades por violação do artigo 1918.º do CC.

O RJAC no número 3.º do mesmo artigo, abre a possibilidade de certas instituições poderem adquirir *“legitimidade para designar a habilitar padrinhos”*, mediante acordos e protocolos com o Instituto de Segurança Social, e desde que essas instituições disponham dos meios adequados à realização da tarefa de designação e habilitação de Padrinhos Cíveis.

Neste momento, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) constitui-se como exemplo prático desta situação.

Julgo ser importante sublinhar o que se entende por meios adequados. Para tal, devemos utilizar o que se encontra disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei 121/2010 de 27 de Outubro, que procede à regulamentação do Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil, Ora este artigo entende como sendo meios próprios, *“a constituição de uma equipa técnica multidisciplinar, composta por profissionais com formação diversificada no domínio da capacitação das famílias e do desenvolvimento integral da criança ou do jovem, assim como logística necessária à respectiva intervenção”*.

Parece-nos positivo que o legislador tenha previsto a possibilidade de entidades que não o Instituto da Segurança Social IP possa designar e habilitar

²⁵ Idem, página 156

candidatos a Padrinhos Cívicos, pois assim promove o envolvimento de instituições da chamada sociedade civil num desígnio que se pode considerar virtuoso socialmente.

Estas instituições não têm que ser instituições que promovam o acolhimento de crianças e jovens. O que deve ser garantido é que possuam os meios adequados nos termos que acabamos de referir anteriormente.

1.4. Quem pode ser apadrinhado?

No número 1º deste artigo, o legislador indica-nos que pode ser *“apadrinhado qualquer criança ou jovem menor de 18 anos: a) que esteja a beneficiar de uma medida de acolhimento em instituição; b) que esteja a beneficiar de outra medida de promoção e protecção; que se encontre numa situação; c) que se encontre numa situação de perigo confirmado em processo de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens ou em processo judicial; d) (...) seja encaminhada para o Apadrinhamento Civil por iniciativa das pessoas ou das entidades referidas no artigo 10º”*.

As entidades referidas no artigo 10.º do RJAC são o Ministério Público; Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; o Instituto de Segurança Social IP ou instituições por esta habilitada; os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto e a criança ou jovem maior de 12 anos.

Verificamos que a norma impõe como idade máxima para a criança ou jovem poder vir a ser apadrinhado os 18 anos.

Sobre esta matéria, Guilherme de Oliveira considera que, *“embora se pretenda proporcionar ao jovem um apoio afectivo de que poderá carecer mesmo para além da maioridade, visa-se principalmente assegurar o exercício adequado das responsabilidades parentais, de que pode falar-se com propriedade apenas em relação a menores.”*²⁶

O mesmo autor considera que se um jovem com menos de 18 anos se emancipar pelo casamento nos termos e de acordo com o artigo 1649.º do CC,

26 AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 13

“se em algum caso, o Apadrinhamento Civil apresentar reais vantagens para o jovem, não se veem razão para o excluir”²⁷.

Em sentido contrário, encontramos Catarina Costa Dias que refere, *“não se acompanha a posição, não fazendo sentido a aplicação de um instituto, que como o próprio autor classifica como tendo como principal função a delegação das responsabilidades parentais nos padrinhos, quando o afilhado não está sujeito às mesmas (artigo 132.º CC)”*²⁸

Tirando esta questão doutrinal mais controversa, é ponto assente que, o Apadrinhamento Civil dirige-se a crianças e jovens até aos 18 anos.

Agora coloca-se é outra questão. Será que existe uma idade mínima para se poder ser apadrinhado em termos civis?

O RJAC nada nos diz taxativamente a esse respeito, mas segundo Guilherme de Oliveira, *“ponderou-se a hipótese de fixar uma idade mínima para o Afilhado, com o objectivo de garantir o encaminhamento das crianças mais novas para a adopção. Preferiu-se, ainda assim, deixar a escolha do projecto de vida para o momento de avaliação de cada caso concreto”*²⁹.

Por sua vez, Catarina Costa Dias considera que *“Foi ponderado o estabelecimento de uma idade mínima para o Afilhado, de modo a que se encaminhassem as crianças mais novas para a Adopção. Contudo, o legislador optou por não o fazer, uma vez que será mais eficaz apreciar qual o melhor projecto de vida para uma criança, mediante a análise do seu caso concreto.”*³⁰

²⁷ Idem, página 13

²⁸ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatório de estágio com vista a abtenção de estágio, consultado em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf

²⁹ AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 14

³⁰ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatório de estágio com vista a abtenção de estágio, consultado on line em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf, página 63

Assim sendo, e tendo em conta o que a doutrina nos ensina, parece-nos ser uma postura equilibrada e certa por parte do legislador. Cada caso é um caso, e deve ser alvo de apreciação, de modo a se poder tomar a melhor decisão sobre o futuro de cada criança ou jovem.

Importa ter sempre presente que o Apadrinhamento Civil deve apresentar *“reais vantagens para a criança ou jovem e desde que não se verifiquem os pressupostos da confiança com vista à adopção”* (conforme o que se encontra exposto no número 1 do Artigo 5.º do RJAC).

Guilherme de Oliveira sobre este ponto refere que *“a aplicação deste critério (real vantagem) será determinante para avaliar se um tutor ou um irmão mais velho, por exemplo, podem ser padrinhos / madrinhas. Tanto num caso como noutro, a constituição do Apadrinhamento Civil dependerá de um juízo sobre se este traz reais vantagens para o afilhado que acresçam à relação de tutela ou de parentesco pré-existent”*³¹.

Por sua vez, Ana Rita Alfaiate e Geraldo Ribeiro consideram que, *“a adequação da medida de Apadrinhamento Civil é, assim, aferida casuisticamente e de acordo com as reais necessidades e interesses da criança ou jovem, garantindo flexibilidade suficiente ao instituto para abraçar as situações da vida, que são sempre mais ricas do que as legalmente previstas”*³²

Deve-se também ter em atenção, e de acordo com Maria Margarida Silva Pereira, *“a escolha dos Padrinhos Cíveis é orientada pelo Princípio da Audição Obrigatória e de participação no processo da criança ou do jovem e dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto. É muito evidente a total sintonia entre o critério adoptado e os princípios que norteiam a intervenção previstos no artigo 4.º da Lei da Protecção de Crianças e Jovens*

³¹ Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017, página 61

³² Alfaiate, Ana Rita e Ribeiro, Geraldo Rocha, *Reflexões a propósito do apadrinhamento civil*, Revista do CEJ (2013)

em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 141/2015, de 8 de Setembro) »³³.

1.5.Exercício das responsabilidades parentais

O artigo 7.º do RJAC, incide sobre o exercício das responsabilidades parentais. Assim, o seu n.º 1 indica que *“os Padrinhos Cíveis exercem as responsabilidades parentais, ressalvadas as limitações previstas no compromisso de Apadrinhamento Civil ou da decisão judicial”*.

Tendo em conta este preceito legal, convém verificar o que se entende por responsabilidade parental.

Em termos doutrinários, por exemplo, para Rosa Martins, responsabilidade parental, *“consiste no complexo de direitos e deveres que a ordem jurídica concede ou impõe a ambos os pais para que estes, no seu exercício, cuidem de todos os aspectos relacionados com a pessoa e os bens dos filhos menores de idade no interesse destes últimos”*³⁴.

Em termos legislativos, o artigo 1878.º do CC expressa que, *“compete aos pais no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los ainda que nascituros e administrar os seus bens”*.

Catarina Costa Dias considera que, *“o conteúdo previsto na norma não é taxativo nem de carácter muti vago, uma vez que se se tratasse de um elenco fechado, as situações não previstas não caberiam na figura das responsabilidades parentais e se não houvesse qualquer densificação seria impossível acautelar de forma imperativa os cuidados a ter com os filhos, o que, em ambos os casos, poria em perigo o superior interesse da criança ou jovem”*³⁵.

³³ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 768.

³⁴ Martins, Rosa “Menoridade, (in)capacidade e cuidado parental”, Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, 2018, página 176

³⁵ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de*

O mesmo CC também permite inibir o exercício das responsabilidades parentais por parte dos pais, com a aplicação dos artigos 1913.º e 1915.º deste diploma legal.

O artigo 1913.º do CC no seu n.º 1, considera de plenos direito inibidos do exercício das responsabilidades parentais a) os condenados definitivamente por crime a que a lei atribua esse efeito; b) os interditos e os inabilitados por anomalia psíquica; c) os ausentes, deste a nomeação do curador provisório. Por sua vez, e de acordo com o número 2, *“consideram-se de pleno direito inibidos de representar o filho e administrar os seus bens os menores não emancipados e os interditos e inabilitados não referidos na alínea b) do número anterior”*.

Por sua vez, o artigo 1915º do CC prescreve a inibição do exercício das responsabilidades parentais, as quais são decretadas pelo Tribunal, mediante requerimento do Ministério Público ou qualquer parente do menor ou pessoa a cuja guarda o menor esteja confiado.

Como refere Guilherme de Oliveira, *“o exercício das responsabilidades parentais pelos padrinhos obedece aos termos gerais das relações entre pais e filhos, com as limitações previstas no presente diploma”*³⁶.

As limitações previstas no RJAC são as limitações inerentes ao compromisso assumido no Apadrinhamento Civil ou a decisão judicial, nos termos disposto do n.º 1 do artigo 7.º do RJAC.

Existem exemplos práticos destas limitações. Por exemplo, Guilherme de Oliveira refere que, *“que os pais e os padrinhos podem acordar expressamente que a criança ou jovem não pode sair, definitivamente, ou por longos períodos, para local que dificulte ou impossibilite o contacto com os pais, sem autorização destes (...) O mesmo valerá para outros assuntos de particular*

terceiro e com a Adopção Restrita, relatória de estágio com vista a abtenção de estágio, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf, página 14

³⁶ AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 18

*importância como, por exemplo, intervenções médicas graves ou questões de educação religiosa”.*³⁷

Por sua vez Tomé d’Almeida Ramião advoga a ideia que *“as eventuais limitações poderão justificar-se relativamente à administração dos bens do afilhado, ou a alguns bens em concreto, ou actos de disposição ou oneração de bens, sobre a sua educação ou orientação religiosa, ou outras questões fundamentais para o seu desenvolvimento, segurança, saúde, educação e formação*³⁸”.

1.6. Direitos dos pais

O regime legal do Apadrinhamento Civil prevê que os pais das crianças e jovens tenham alguns direitos.

Esses direitos encontram-se consagrados no artigo 8.º do RJAC. Assim, o n.º 1 deste artigo considera como direitos dos pais:

- a) Conhecer a identidade dos padrinhos;
- b) Dispor de uma forma de contactar os padrinhos;
- c) Saber o local e residência do filho;
- d) Dispor de uma forma de contactar os padrinhos;
- e) Ser informados sobre o desenvolvimento integral do filho, a sua progressão escolar ou profissional, a ocorrência de factos particularmente relevantes ou de problemas graves, nomeadamente de saúde;
- f) Receber com regularidade fotografias ou outro registo de imagem do filho;

³⁷ Idem, página. 19

³⁸ Ramião, Tomé d’Almeida, *Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado*, Quid Juris, página 65

- g) Visitar o filho, nas condições fixadas no compromisso ou na decisão judicial, designadamente por ocasião de datas especialmente significativas.

Os direitos dos pais devem estar consignados no compromisso de Apadrinhamento Civil, de modo a que possam poder ser exercidos sem ambiguidades e com respeito por todos os intervenientes no Apadrinhamento Civil.

Segundo Guilherme de Oliveira, *“a lei prevê um conjunto de direitos dos pais, cujo exercício garante um mínimo de contacto com o afilhado e com os padrinhos/madrinhas; pode dizer-se que este é o conjunto mínimo de direitos”*³⁹.

Apesar dos direitos consignados aos pais, esses direitos poderão, po via judicial ser restringidos, pois no âmbito do número 2, do artigo 8.º do RJAC, “o Tribunal pode estabelecer limitações aos direitos enunciados nas alíneas d) e g) (...) quando os pais no exercício desses direitos, ponham em risco a segurança ou a saúde física e/ou psíquica da criança ou do jovem, ou comprometam o êxito da relação de Apadrinhamento Civil”.

Concluindo este ponto, o instituto juridico do Apadrinhamento Civil confere alguns direitos aos pais, o que se justifica, visto que não existe um corte total e redical na relação entre pais e filhos. Quando se verifique que os pais possar ter um ou vários comportamentos que se possa (m) considerar inadequados e censuráveis, faz todo o sentido que então sim, os direitos dos pais sejam restringidos e limitados.

1.7. Constituição do Apadrinhamento Civil

De acordo com o estipulado no número 1 do artigo 13.º do RJAC, existem duas formas de constituição do Apadrinhamento Civil: São elas a decisão judicial ou compromisso de Apadrinhamento Civil homologado pelo Tribunal.

³⁹ Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017 página 75

A decisão do tribunal ocorre nos casos em que esteja a decorrer um Processo Judicial de Promoção e Protecção ou um Processo Tutelar Cível; não sendo obtido o consentimento de uma das pessoas referidas no número 1 do artigo 14.º do RJAC, possa o mesmo ser dispensado nos termos do n.º 4 do mesmo artigo ou tenha existido parecer desfavorável por parte do conselho de família.

Podemos assim concluir que a constituição do Apadrinhamento Civil passa sempre pelo Tribunal. A sua intervenção consiste em decretar ou homologar o Apadrinhamento Civil.

Isso mesmo nos ensina a douda doutrina, onde por exemplo, Maria Margarida Silva Pereira refere que, *“a relevância do Tribunal faz-se sentir, bem que com intensidade e por modo diferente, em ambas as formas de constituição da relação de Apadrinhamento Civil”*⁴⁰.

Guilherme de Oliveira por sua vez considera que, *“haverá casos em que não será possível celebrar um compromisso de apadrinhamento, por este não ser uma medida consensual. Tal acontecerá, em regra, quando se tenha verificado a dispensa do consentimento, nos termos do n.º 4 do art 14.º. Nestas circunstâncias, o apadrinhamento é constituído por decisão judicial. Sempre que haja situações de consenso, havendo ou não um processo em curso, o apadrinhamento constitui-se por compromisso de Apadrinhamento Civil, homologado pelo Tribunal. O facto de a concordância ficar expressa no compromisso de Apadrinhamento Civil não dispensa o controlo que se traduz numa homologação judicial”*.⁴¹

Importa ainda, fazer a ligação entre o artigo 13.º e o artigo 18.º ambos do RJAC, quando este último artigo afirma, *“é competente para a constituição do Apadrinhamento Civil, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º, o Tribunal de Família ou, fora das áreas abrangidas pela jurisdição dos Tribunais de Família e Menores, o Tribunal da Comarca da área da localização da instituição em que a criança ou o jovem se encontra acolhido ou da área da sua residência”*.

⁴⁰ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 768

⁴¹ Idem, página 38

1.8. Processo

Vamos agora analisar o processo de constituição de Apadrinhamento Civil.

Este encontra-se previsto no artigo 19.º do RJAC. Nesse artigo, no seu n.º 1, consta que *“quando o compromisso de Apadrinhamento Civil for celebrado na comissão de protecção de crianças e jovens ou no organismo competente da Segurança Social ou em instituição por esta habilitada, é o mesmo enviado ao Tribunal competente, para homologação, acompanhado por relatório social”*.

O compromisso de Apadrinhamento Civil atrás referido encontra-se previsto no artigo 16.º do RJAC. Segundo este artigo, no compromisso deve constar a identificação da criança ou jovem, a identificação dos pais, representante legal ou detentor da guarda de facto, a identificação dos Padrinhos, as eventuais limitações ao exercício das responsabilidades parentais, o regime de visitas dos pais e das pessoas com quem a criança deverá manter o contacto, do montante de alimentos devidos pelos pais, quando for o caso, e ainda as informações que os Pais ou os Padrinhos terão de prestar às entidades que apoiam o vínculo de Apadrinhamento Civil.

O Tribunal, caso entenda que o compromisso, por algum motivo, não acautela suficientemente os interesses da criança, ou do jovem, ou não satisfaça todos os requisitos legais, pode convidar os subscritores a alterá-lo, após o que decide sobre a homologação do Apadrinhamento Civil, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do RJAC.

Como escreve Guilherme da Oliveira, *“o compromisso tem de preencher uma série de requisitos formais, mas tem sobretudo de espelhar o requisito material fundamental da constituição do Apadrinhamento Civil: apresentar reais vantagens para a criança e jovem. Nessa medida, é compreensível que alguns compromissos não apresentem, logo aquando da sua primeira versão, conformidade com as exigências legais”*⁴².

O número 6 do artigo 14.º do RJAC, indica que, *“se não for apresentada prova, a decisão é da competência de um juiz singular, se for apresentada prova, há*

⁴² Idem, página 58

lugar a debate judicial perante um Tribunal composto pelo Juiz que preside, e por dois Juizes Sociais”.

Este número pretende separar os processos onde não havendo produção de prova, basta um Tribunal Singular, ao passo que, e nos casos onde esteja presente a produção de prova, a intervenção deverá ser feita por um Tribunal Colectivo.

1.9. Revogação

O instituto do Apadrinhamento Civil é um instituto jurídico que pode ser revogável, ao contrário do que acontecia até há pouco tempo com o instituto jurídico da Adopção (até à entrada em vigor da Lei 143/2015 de 08 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico do Processo de Adopção (RJPA), o processo de Adopção era irrevogável.

Iremos aprofundar o estudo deste diploma legal (RJPA) em capítulo posterior, mas podemos desde já afirmar que essa revogação não é completamente livre, antes obedece a determinados requisitos e fundamentos, na medida em que estamos perante um instituto jurídico de carácter duradouro, que não pode ser revogado por qualquer motivo, muito menos por um motivo que se possa considerar fútil.

Centrando a questão no Apadrinhamento Civil, Guilherme de Oliveira considera que *“entre um regime estrito de irrevogabilidade, uma irrevogabilidade individual e livre, com qualquer fundamento ou sem fundamento, o RJAC procurou um equilíbrio”*⁴³

Os fundamentos existentes da revogação encontram a sua previsão legal no artigo 25.º do RJAC. São eles, quando houver acordo de todos os intervenientes no compromisso de apadrinhamento; quando os padrinhos infringam culposa e reiteradamente os deveres assumidos com o Apadrinhamento Civil; o Apadrinhamento Civil se tenha tornado contrário aos interesses do Afilhado; a criança ou jovem assuma comportamentos,

⁴³ Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017, página 78.

actividades ou consumos que afectem gravemente a pessoa ou a vida familiar dos Padrinhos, de tal modo, que a continuidade da relação se torne insustentável e por fim, se e quando houver acordo dos Padrinhos e Afilhado, sendo este maior.

Os fundamentos atrás elencados podem agrupar-se em dois grupos, segundo o ensinamento de Guilherme de Oliveira. Assim, *“nuns casos, há acordo entre todos os intervenientes no compromisso ou há o acordo entre os padrinhos e o afilhado maior, noutros casos, o Apadrinhamento Civil deixa de satisfazer os interesses da criança por qualquer razão, ou especialmente porque os padrinhos não cumprem as suas obrigações ou a criança não cumpre as suas reiteradamente”*⁴⁴

Por sua vez, Ana Rita Alfaiate defende a ideia que, *“existem duas formas de extinção do vínculo de apadrinhamento: a revogação em sentido próprio e a revogação judicial. A primeira resulta de uma decisão consensual dos interessados que pretendem pôr fim ao compromisso firmado ou de uma situação em que os padrinhos e o afilhado não pretendem manter a perpetuidade do vínculo.”*⁴⁵

Quando a decisão de revogação do Apadrinhamento Civil se torna definitiva, os efeitos que o Apadrinhamento civil produz cessam nesse mesmo momento, nos termos do artigo 27 do RJAC.

A revogação do Apadrinhamento Civil encontra-se sujeita a registo civil, tal como a constituição do mesmo, nos termos do n.º 1, do artigo 29 do RJAC.

Este registo deverá ser efectuado, desde que possível, por via electrónica, cumprindo-se assim, o preceito do n.º 2 do mesmo artigo.

No processo de revogação do Apadrinhamento Civil, será competente o Tribunal de Família e Menores, ou fora das áreas abrangidas pela jurisdição dos Tribunais de Família e Menores, o Tribunal da Comarca da área da

⁴⁴ Idem, página 78

⁴⁵ Alfaiate, Ana Rita e Ribeiro, Geraldo Rocha, *Reflexões a propósito do apadrinhamento civil*, Revista do CEJ (2013)

localização da instituição onde a criança ou jovem se encontra acolhido, ou da área da sua residência, conforme o artigo 18.º do RJAC.

1.10.Alimentos

Por alimentos, entende-se tudo o que seja necessário ao sustento, habitação e vestuário, bem como da instrução e educação do alimentado, quando o mesmo seja menor de idade.

A obrigação de alimentos, como escreve Diana Cunha Ribeiro, constitui *“uma obrigação de facto. (...) no âmbito desta obrigação, encontramos regras que assumem uma particular importância decorrente do conteúdo que assumem as responsabilidades parentais”*⁴⁶.

Tomé d’Almeida Ramião considera que, *“em matéria de alimentos vigora o princípio da actualidade, pelo que os alimentos têm de corresponder às possibilidades do obrigado e às necessidades do alimentando no momento”*⁴⁷.

Encontramos o enquadramento legal da questão dos alimentos no artigo 21.º do RJAC.

Assim, e de acordo com o seu número 1.º, os Padrinhos consideram-se ascendentes em primeiro grau do Afilhado, enquanto este, e de acordo com o número 2.º do mesmo artigo, considera-se descendente em 1.º grau dos Padrinhos, no que diz respeito á obrigação de alimentos.

Os pais da criança ou do jovem são os primeiros devedores. Os Padrinhos só se tornarão responsáveis pelos alimentos, quando e se os pais não puderem cumprir com essa obrigação.

De referir que no que diz respeito a esta matéria, deve-se seguir as linhas e regras gerais dos artigos 2004.º e seguintes do Código Civil, código esse que

⁴⁶ Ribeiro, Diana Catarina Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 2015, consultado on-line em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>, pagina 49

⁴⁷ Ramião, Tomé d’Almeida, *Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado*, Quid Juris, página 76

considera os Padrinhos como ascendentes em 1.º grau do Afilhado (confrontar com o artigo 2009.º. números 1. e 2.º).

Como refere Guilherme de Oliveira *“os padrinhos são devedores de alimentos ao afilhado, como segundo obrigados, ou seja, a título subsidiário”*⁴⁸.

Pelo lado do afilhado, e ainda segundo o mesmo autor, *“o afilhado foi equiparado a descendente de 1.º grau. Assim responde por alimentos em favor dos padrinhos. Podem os seus próprios filhos respondem em primeiro lugar, se existirem e puderem pagar; os afilhados são devedores subsidiários”*.⁴⁹

Concluindo este capítulo, é ponto assente que no que diz respeito aos alimentos, os laços de sangue prevalecem sobre os laços de Apadrinhamento Civil no dever de os prestar, a não ser que os pais da criança num sentido, e os filhos do padrinho noutro, o não possam fazer, ou nem sequer existam. Nesse caso concreto, compete ao Padrinho / Madrinha e ao Afilhado prestar alimentos.

1.11. Impedimento matrimonial e dispensa

O impedimento matrimonial encontra-se previsto no artigo 22.º do RJAC. Assim, no seu número 1, indica-nos que *“o vínculo de Apadrinhamento Civil é impedimento impediente à celebração do casamento entre padrinho e afilhados”*.

O impedimento impediente encontra-se previsto no Código Civil, no seu artigo 1604.º, onde expressa que *“são impedimentos impedientes, além de outros designados por leis especiais: a) a falta de autorização dos pais ou do tutor para o casamento do nubente menor, quando não suprida pelo conservador do registo civil; b) o prazo internupcial; c) o parentesco no terceiro grau da linha colateral; d) o vínculo da tutela, curatela ou administração legal de bens; (...) f) a pronuncia do nubente pelo crime de homicídio doloso, ainda que não*

⁴⁸AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, pagina 76

⁴⁹Idem pagina 76

consumado, contra o cônjuge do outro, enquanto não houver despronúncia ou absolvição por decisão passada em julgado”.

Ora analisando o artigo em questão, e tendo em conta a figura jurídica do Apadrinhamento Civil, verifica-se que a podemos enquadrar como um impedimento impediante designado por lei especial, neste caso o RJAC.

Como escreve Guilherme de Oliveira, *“o Apadrinhamento Civil cria uma relação de família similar à que existe entre pais e filhos devendo obstar à celebração de casamento entre afilhados e padrinhos”*⁵⁰.

Continuando a analisar o artigo 22.º do RJAC, verificamos que por via do seu número 2.º, é permitida a dispensa do impedimento, *“quando haja motivos sério que justifiquem a celebração do casamento, ouvindo sempre que possível, quando um dos nubentes for menor, os pais”*.

Por dispensa, entenda-se como o acto onde uma autoridade pública, atendendo às circunstâncias de um determinado caso em concreto, autoriza o casamento, não obstante a existência de determinado impedimento.

Conforme nos ensina Guilherme de Oliveira, este número 2 do artigo 22.º do RJAC, *“acompanha a redacção do artigo 1609 do CC, relativo à dispensa de impedimentos, designadamente do relativo á Adopção restrita”*.⁵¹

O mesmo autor considera, quando analisa o número 3 do artigo 22.º do RJAC, que *“se o casamento for celebrado sem ter havido dispensa, o acto não é invalidado, e desencadeia os efeitos típicos que pretendem obstar a que alguém celebre um acordo com o único propósito de ganhar vantagens patrimoniais.”*⁵²

⁵⁰ Idem pagina 65

⁵¹ Idem, página 65

⁵² Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line , 2017, pagina 78

1.12. Direitos dos Padrinhos Civis

Os direitos dos padrinhos civis vêm consagrados no artigo 23.º do RJAC. Esses direitos podem se dividir em dois tipos de direitos. São eles os direitos de cariz social e de cariz fiscal.

O número 1.º deste artigo indica que quer os padrinhos, quer o afilhado tem direito a *“beneficiar do regime jurídico de faltas e licenças equiparado ao dos pais e dos filhos”*; *“Beneficiar de prestações sociais nos mesmos termos dos pais e filhos”*; *“acompanhar-se reciprocamente na assistência na doença, como se fossem pais e filhos”*.

Por sua vez, o número 2.º do mesmo artigo indica como direito do Padrinho Civil *“considerar o afilhado como dependente para efeitos do disposto nos artigos 79.º, 82.º e 83.º do Código do IRS”* (alínea a), bem como *“beneficiar do estatuto de dador de sangue”*.

Face ao exposto em termos legais, faz todo o sentido que os direitos previstos para Pais e Filhos sejam alargados a Padrinhos e Afilhados,

Aliás é essa a posição defendida por Guilherme de Oliveira, quando afirma, *“ao criar-se uma relação para-familiar entre padrinhos e afilhados, tornou-se necessário prever a extensão de certas regalias sociais destinadas a facilitar a integração do afilhado, tendo como base o conjunto de apoios sociais previstos para os pais e filhos”*⁵³.

No mesmo sentido encontramos Tomé d’Almeida Ramião, quando afirma que a partir do momento da constituição do vínculo de Apadrinhamento Civil os Padrinhos / Madrinhas passam a beneficiar de *“protecção social e outros direitos sociais, como se de uma relação de filiação se tratasse”*⁵⁴.

A questão do direito a beneficiar do estatuto de dador de sangue, direito esse que corresponde a um direito específico de quem é Padrinho Civil, pode

⁵³ AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, pagina 66

⁵⁴ Ramião, Tomé d’Ameida, *Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado*. Quid Juris, página 79

encarar-se como tendo um carácter simbólico. Aliás, o autor atrás citado advoga essa posição ao afirmar *“entendeu-se que estes deveriam beneficiar do estatuto de dador de sangue atenta a analogia simbólica entre o dador de sangue e aquele que apadrinha: dar afectos e dar cuidado deve ser equivalente a dar sangue, porque também salva vidas”*⁵⁵.

São estes os direitos que o legislador entendeu por bem conceder a quem assume o papel de Padrinho Civil, equiparando este aos pais, para efeitos de regalias sociais e fiscais e aplicando se aos padrinhos regimes jurídicos diversos como o do Regime Jurídico de Faltas e Licenças nos termos do Código do Trabalho, o Regime Jurídico de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, o Regime de Protecção da Parentalidade, o Regime de Protecção na Eventualidade de Encargos Familiares e outros diplomas afins.

Quando se aborda a questão dos direitos dos Padrinhos Civis, coloca-se sempre a questão de estas serem suficientes. Salvo melhor opinião, podem não ser suficientes, mas são os possíveis, tendo em conta a realidade social e económica de um país como Portugal.

Aliás esta preocupação de ter uma legislação equilibrada em termos de direitos esteve presente aquando do processo legislativo que deu origem ao RJAC.

Guilherme da Fonseca indica que, *“foi muito discutida a questão de saber se os padrinhos/madrinhas deviam receber um subsídio específico por serem padrinhos/madrinhas. Em favor da prestação, alegava-se a necessidade de promover a implantação da medida, facilitando a vida daqueles que decidissem assumir as responsabilidades; e ainda a circunstância de o erário público poupar as prestações que dedica ao acolhimento institucional. Em sentido contrário, fez-se notar que os adoptantes não recebem subsídios específicos por serem adoptantes; mas pode responder-se que, tal como os pais biológicos, eles passam a ter um filho, ao contrário dos padrinhos / madrinhas”*⁵⁶.

⁵⁵ Idem, pagina 67

⁵⁶ Idem pagina 78

Terminado a análise sobre o Apadrinhamento Civil, vamos agora proceder à análise da figura jurídica da Adopção, comparando-a ao Apadrinhamento Civil.

II. APADRINHAMENTO CIVIL VS ADOÇÃO

Como ponto prévio importa referir que este capítulo não tem como intuito efectuar uma análise exaustiva e detalhada do instituto jurídico da Adopção. Pretende isso sim, analisar comparativamente a Adopção com o Apadrinhamento Civil, de forma a estudar e conhecer quais os pontos que as unem e quais os pontos que as separam.

O CC no seu artigo 1586.º, define Adopção como sendo o *“vínculo que, à semelhança da filiação natural, mas independentemente dos laços de sangue, se estabelece legalmente entre duas pessoas nos termos dos artigos 1973.º e seguintes”*.

Por outro lado, e como foi referido anteriormente, o Apadrinhamento Civil consiste, por via do número 2º do RJAC, numa relação jurídica, tendencialmente de carácter permanente, entre uma criança ou jovem e uma pessoa singular ou uma família que exerça os poderes e deveres próprios dos pais e que com ele estabeleçam vínculos afectivos que permitam o seu bem-estar e desenvolvimento, constituída por homologação ou decisão judicial e sujeita a registo civil.

Guilherme de Oliveira considera que a Adopção, e *“por oposição ao parentesco natural, que é o parentesco assente no vínculo de sangue, a Adopção é assim um parentesco legal, criado à semelhança daquele”*⁵⁷.

Por sua vez, Maria Margarida Silva Pereira, considera que, *“o vínculo adoptivo é uma outra modalidade diferente da constituição da relação de filiação, de gerar efeitos idênticos ao desta”*⁵⁸. Considera ainda que apesar de ser voz corrente a adopção ser uma *“relação de filiação assente no afecto (...)”, não se poderá considerar quer o afecto seja um critério distintivo da Adopção. (...) também não se pode afirmar que o afecto seja a única razão determinante da*

⁵⁷ Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017, página 5

⁵⁸ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 695

*adopção. Uma pessoa pode adaptar movida por altruísmo, ou por outros móveis*⁵⁹.

Continuando a análise da definição de Adopção pela doutrina, e citando novamente a professora Maria Margarida Silva Pereira, a mesma define a figura jurídica da Adopção como sendo *“a forma de criar uma relação familiar específica com os mesmos efeitos da filiação e da qual resulta uma extinção da relação com a família biológica, excepto no que respeita aos aspectos em que tal relação podem resultar consequências que a lei considera de conhecimento fundamental. Ou seja, por ficção jurídica, a lei permite a constituição de um vínculo familiar análogo à filiação, o qual produz os seus efeitos jurídicos”*⁶⁰.

A figura jurídica da Adopção tornou-se actualmente no mundo uma fonte de relações familiares, que se encontra presente na maioria das ordens jurídicas mundiais e em praticamente todos os países. A grande excepção a esta situação encontra-se nos países muçulmanos e na sua ordem jurídica.

Como escreve Guilherme de Oliveira, *“o instituto só ganhou relevância e expressão durante o século XX, porque surgiu como instrumento adequado para socorrer os órfãos da I Guerra Mundial. Nesta altura, a regulamentação apurou-se, concederam-se mais direitos à família adoptiva, consagrou-se a ruptura com a família de origem, e considerou-se o adoptado como herdeiro do adoptante”*⁶¹

Verificamos assim, que quer o Instituto jurídico da Adopção, quer o instituto jurídico do Apadrinhamento Civil, tem como maior objectivo proteger e salvaguardar os interesses e os direitos das crianças e dos jovens, embora em dimensões diferentes e com regras próprias, pois e com a introdução do Apadrinhamento Civil no ordenamento jurídico português, abriu-se o leque das possibilidades de *“acolhimento familiar duradouro para além da Adopção e que não entra em concorrência com esta”*⁶² (Guilherme de Oliveira), muito embora,

⁵⁹ Idem, página 695

⁶⁰ Idem, página 706

⁶¹ Idem, página 6

⁶² Idem página 56

e como escreve o mesmo autor, *“o Apadrinhamento Civil cria uma relação nova no direito português, mais flexível do que a Adopção”*⁶³.

No mesmo sentido doutrinal, Diana Cunha Ribeiro escreve que, *“assim somos tentados a dizer que estas duas figuras que agora contrapomos são auxiliares uma da outra. Uma valerá quando outra não possa ser aplicada. Daí dizermos que não são concorrentes, tanto porque os seus objectivos diferem, bem como, porque a sua actuação é complementar”*⁶⁴.

Em termos legais, o Processo de Adopção é regulamentado pelo Regime Jurídico do Processo de Adopção instituída pela Lei 143/2015 de 8 de Setembro (doravante designada como RJPA).

Esta lei tem como principal inovação a eliminação do instituto jurídico da Adopção Restrita.

A Adopção Restrita tinha traços que em muitos aspectos eram semelhantes à figura jurídica do Apadrinhamento Civil.

Catarina Costa Dias sobre esta temática considera que, *“ao contrário da Adopção Plena, em que o objectivo é integrar o adoptado na família do adoptante, passando aquele a ser considerado como filho deste pela lei, sendo em consequência, extinguindo o vínculo de filiação entre os progenitores biológicos e o adoptado, na adopção restrita a filiação adoptiva coexiste com a biológica”*⁶⁵.

Esta eliminação aconteceu porque o legislador chegou à conclusão de que ao longo dos anos, a figura jurídica da Adopção Restrita nunca foi muito utilizada, pois como escreve Guilherme de Oliveira, *“o instituto apresentava uma*

⁶³ Idem, página 57

⁶⁴ Ribeiro, Diana Catarina Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 2015, consultado on-line em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>, página 25

⁶⁵ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatória de estágio com vista a abtenção de estágio, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf, página 46

expressão estatística muito reduzida (14 casos em 2013, Pordata) e podia ser substituída pelo Apadrinhamento Civil".⁶⁶

Sobre este mesmo tema, Maria Margarida Silva Pereira considera que, *"a Adopção Restrita implicava a manutenção das relações familiares do adoptado com a sua família biológica, conferindo-se, essencialmente, ao adoptante o exercício de responsabilidades parentais (artigo 1904.º do CC e seguintes, que sabemos terem sido revogados). A Adopção é hoje una. E identifica-se com o modelo mais amplo anteriormente existente, a revogada Adopção Plena"*⁶⁷.

Outra inovação do RJPA foi o reconhecimento da possibilidade de existência de contacto entre a família adoptiva e a família biológica. Tal possibilidade encontra-se prevista no artigo 1986.º, número 3º do CC quando afirma que, *"Excepcionalmente, ponderada a idade do adotado, a sua situação familiar ou qualquer outra circunstância atendível, pode ser estabelecida a manutenção de alguma forma de contacto pessoal entre aquele e algum elemento da família biológica ou, sendo caso disso, entre aquele e a respetiva família adotiva e algum elemento da família biológica, favorecendo-se especialmente o relacionamento entre irmãos, desde que, em qualquer caso, os pais adotivos consintam na referida manutenção e tal corresponda ao superior interesse do adotado"*.

Conjugado com este artigo do CC encontramos o artigo 56.º, número 5 do RJPA o qual afirma que, *"excepcionalmente, a sentença pode estabelecer a manutenção de contactos pessoais entre o adoptado e elementos da família biológica, verificadas as condições e os limites previstos no número 3 do artigo 2986.º do Código Civil"*.

Analisando estes preceitos legais, podemos concluir que muito embora a exista a possibilidade de contacto entre famílias, o mesmo deverá ser encarado como

⁶⁶ Idem, página 52

⁶⁷ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 705

tendo um carácter de excepção e não um carácter de regra. Guilherme de Oliveira designa-a como sendo, “*adoção aberta*”⁶⁸.

Os contactos entre a família biológica e a família adoptiva podem ser estabelecidos, quer de forma pessoal, ou seja, “*cara-a-cara*”, quer recorrendo a outro meio, como o telefone, e-mails, mensagens electrónicas, redes sociais ou mesmo o envio de fotografias e / ou vídeos.

A doutrina levanta, no entanto, a questão, a meu ver pertinente, de saber qual a extensão de abertura que se poderá estabelecer a estes contactos entre as duas famílias do menor.

Por exemplo, Guilherme da Oliveira considera que *“os interesses que estão em jogo são melindrosos e eventualmente conflitantes. Por um lado, a regra do corte com os vínculos anteriores visa fomentar a integração rápida e pacífica da criança adoptiva, e pode pensar-se que a manutenção de contactos é susceptível de atrasar esta integração; por outro lado, ainda que a criança tenha alguma memória menos má da sua família de origem, quando se poderá concluir quer essa memória justifica a manutenção do contacto?”*⁶⁹.

Caberá assim aos pais adoptivos determinar se consentem ou não que a criança ou jovem adoptado continue a manter o contacto com a família de origem, e em caso afirmativo, de que forma é que esse contacto se pode materializar, tendo sempre em conta o superior interesse da criança ou jovem.

Sobre o consentimento por parte dos pais adoptivos, Maria Margarida Silva Pereira ao afirmar, *“de acordo com o texto legal, o consentimento dos adoptantes precede e sobrepõe-se ao interesse do adoptado. Porque uma tal solução não é compatível com o superior interesse da criança, o qual constitui um incondicional critério de manifestação e interpretação de todos os direitos das crianças, consideramos que este interesse se sobrepõe a qualquer outra*

⁶⁸ Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017 página 38

⁶⁹ Idem, página 39

*ponderação. E será ele que, em última instância, norteia a decisão judicial acerca do relacionamento entre o adotado e a sua família de origem*⁷⁰.

Vamos agora abordar as diferenças que possam existir, e existem, entre a figura jurídica da Adopção e a figura jurídica do Apadrinhamento Civil.

Assim, vamos agora analisar os efeitos que ambos os institutos jurídicos produzem na ordem jurídica. Na adoção e nos termos do seu princípio geral, enunciado no artigo 1986.º do CC, encontramos que o adoptado adquire a situação de filho do adoptante e integra-se com os seus descendentes na família deste, extinguindo-se as relações familiares entre o adoptado e os seus ascendentes e colaterais naturais, sem prejuízo do disposto quanto a impedimentos matrimoniais nos artigos 1602.º a 1604.º.

Esse efeito, por sua vez não existe quando falamos no instituto do Apadrinhamento Civil, pois, e como refere Guilherme de Oliveira, *“embora em certa medida, os padrinhos/madrinhas substituam as pessoas que normalmente exercem as responsabilidades parentais – os pais – a verdade é que o Apadrinhamento Civil não aspira, porém, a igualar-se à relação de parentalidade. Com efeito, a coexistência de vínculos biológicos parentais e vínculos afectivos típicos de Apadrinhamento Civil configurará a generalidade dos casos (...) O Apadrinhamento Civil cria uma relação jurídica nova no direito português, mais flexível que a adoção*⁷¹”.

Encontramos outra diferença entre Adopção e Apadrinhamento Civil. Essa diferença situa-se nos limites etários que existem para se poder ser Adoptante / Padrinho / Madrinha.

Assim, no Apadrinhamento Civil não encontramos qualquer limite etário legal máximo para se poder ser Padrinho. O que existe, como aliás já foi abordado na presente dissertação, é um limite mínimo que situa nos 25 anos, nos termos do artigo 4.º do RJAC.

⁷⁰ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 708

⁷¹ Idem, página 57.

Já no que diz respeito á Adopção, e de acordo com o que se encontra estipulado no artigo 1979.º, n.º 3, 1ª parte, o adoptante não deve ter mais de 60 anos à data a que o menor lhe tenha sido confiado, mediante Confiança Administrativa ou Medida de Promoção e Protecção de Confiança a Pessoa Seleccionada para a Adopção.

O Código Civil impõe ainda que, a partir dos 50 anos de idade, a diferença de idades entre adoptante a adoptado não pode ser superior a 50 anos, excepto, quando motivos ponderosos assim o possam justificar, nomeadamente quando se trata de uma fratria, em que relativamente apenas a algum dos irmãos, se verifique uma diferença de idade superior áquele (confrontar com o artigo 1979.º, número 3.º, segunda parte e número 4.º do CC).

Em relação ao limite mínimo para se poder adoptar, o mesmo varia se estivermos a falar de uma Adopção Conjunta ou de uma Adopção Singular. Quando falamos na Adopção Conjunta, e tal como acontece no Apadrinhamento Civil, o limite mínimo etário situa-se nos 25 anos quer se trate de cônjuges, quer se trate de pessoas que vivam em união de facto. No caso de uma Adopção Singular, o limite mínimo para se poder adoptar são os 30 anos, excepto se adoptar um filho do seu cónjuge ou da pessoa com quem viva em união de facto. Nesse caso, a lei indica ser suficiente ter idade superior a 25 anos (cf com o artigo 1979.º, nº 1 e 2do CC, bem como o artigo 7.º da Lei 7/2001 de 11 de Maio e que pretende adoptar medidas de protecção das uniões de facto).

Outra diferença que se pode apontar entre a figura jurídica do Apadrinhamento Civil e a figura jurídica da Adopção é o limite etário máximo aplicável a quem é Adoptado e a quem é apadrinhado.

Assim, enquanto que no Apadrinhamento Civil, o limite máximo para se poder ser Afilhado Civil são os 18 anos, no caso do adoptando o limite máximo que encontramos são os 15 anos.

Tal ideia encontra o seu suporte legal no artigo 1980.º do CC. O número 2.º deste artigo indica-nos que, *“o adoptando deve ter menos de 15 anos à data do requerimento de adopção”*, enquanto o número 3.º do mesmo artigo nos diz, *“*

pode no entanto, ser adoptado, quem à data do requerimento, tenha menos de 18 anos e não se encontre emancipado quando, desde idade não superior a 15 anos, tenha sido confiado aos adoptantes ou a um deles, ou quando for filho do cônjuge do adoptante”.

Vamos agora abordar a questão da Adopção Internacional, fazendo a comparação com o Apadrinhamento Civil, por via da aplicação do artigo 3.º do RJAC.

Este artigo expressa que, *“a presente lei aplica-se às crianças e jovens que residam em território nacional”.*

Guilherme de Oliveira sobre este artigo do RJAC afirmando que, *“será desejável que os padrinhos residam em território nacional, para facilitar o cumprimento das obrigações e princípios previstos nos artigos 8.º e 9.º. Todavia a residência dos padrinhos no estrangeiro não deve ser um obstáculo à constituição do Apadrinhamento Civil quando, num caso concreto, o superior interesse da criança ou do jovem o recomendar”⁷².*

Por Adopção Internacional, o RJPA considera, e nos termos do seu artigo.º 2, alínea a) como sendo, *“processo de adopção, no âmbito do qual ocorre a transferência de uma criança do seu país de residência habitual para o país de residência habitual dos adoptantes, com vista ou na sequência da sua Adopção”.*

Maria Manuela Silva Pereira considera que, *“a adopção internacional é reformulada pelo legislador português num momento em que o declínio desta modalidade adoptiva se acentua. As razões são várias: o tráfico de crianças e a aferição rigorosa do seu interesse superior num processo adoptivo que atravessa fronteiras, muitas vezes culturas, obstam à favorabilidade de várias instâncias no sentido de a incrementar”⁷³.*

⁷²AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011, página 9

⁷³ Perira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.ª Edição, 2018, página 744.

Concluindo este capítulo sobre a figura jurídica Adopção na sua comparação com a figura jurídica do Apadrinhamento Civil, e tendo em conta os dados que se encontram disponíveis, verifica-se que o instituto jurídico da Adopção se encontra numa tendência descendente.

Assim, e de acordo com os dados disponíveis pelo relatório CASA – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de Crianças e Jovens relativo a 2017, apresentado à comunicação social em 19.11.2018, verificamos que, *“das 7533 crianças e jovens que estavam acolhidas pelo Estado em 2017 por terem sido abandonados pela família ou por esta os pôr em risco, apenas 673 (9%) tinham a Adopção como projecto de vida futura. É o valor mais baixo dos últimos anos”*⁷⁴.

⁷⁴ Viana, Clara, *Famílias de acolhimento congeladas até existirem meios de fiscalização*, Jornal Público de 20 Novembro 2018

III. APADRINHAMENTO CIVIL VS ACOLHIMENTO FAMILIAR

Vamos agora fazer um estudo comparativo entre o Instituto do Apadrinhamento Civil e o instituto do Acolhimento Familiar

O Acolhimento Familiar é uma medida de Promoção e Protecção. Para além dela, são medidas de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens o Apoio Junto dos Pais; o Apoio Junto de Outro Familiar; a Confiança a Pessoa Idónea; o Apoio Para a Autonomia de Vida; o Acolhimento Residencial e Confiança a Pessoa Seleccionada Para a Adopção; a Família de Acolhimento ou a Instituição com vista á Adopção.

Todas estas medidas de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo encontram o seu enquadramento legal no número 1 do artigo 35 da Lei de protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 149/99, de 1 de Setembro, com a redacção actual da Lei nº 142/2015 de 8 de Setembro) e doravante denominada LPCJP.

Referindo-se à figura jurídica do Acolhimento Familiar, encontramos Paulo Delgado e Eliana Gersão que nos explicam que, *“a revisão, pela Lei n.º 1423/2015, de 8 de Setembro, da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro) procurou, de certa maneira, dar resposta às recomendações anteriormente expressas e introduziu significativas alterações no sistema de acolhimento de crianças e jovens em perigo. A finalidade da intervenção, a escolha da medida de acolhimento e a sua duração são disso exemplo, uma vez que são concebidas de modo a privilegiar o acolhimento familiar, a manutenção dos laços afectivos proporcionados pelo contexto familiar e a permanência nesse contexto, independente ou paralelamente à relação existente com a família de origem.”*⁷⁵

⁷⁵ Delgado, Paulo e Gersão Eliana. *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?*, *Análise Social*, LIII(1.º), 2018 (n.º 226), página 116

O Acolhimento Familiar enquanto medida de promoção e protecção encontra a sua execução prática no previsto no Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de Janeiro (Regime de Execução do Acolhimento Familiar).

Encontramos a noção de Acolhimento Familiar no n.º 1 do artigo 46º da LPCJP. Assim, este artigo considera que *“o Acolhimento Familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral”*.

Analizando o que a doutrina nos tem a dizer sobre esta temática, encontramos Sara Oliveira que afirma, *“quando a estrutura familiar não é a mais adequada e a permanência das crianças se encontra em risco, torna-se necessário o encaminhamento destas para uma resposta alternativa, enquanto a família não possa promover a totalidade das suas funções. Neste contexto, as famílias de acolhimento apresentam-se como alternativa ao contexto institucional para que as crianças tenham o direito a uma família que lhe proporcione uma situação de estabilidade, afecto e compreensão, que possa promover um bom e adequado desenvolvimento”*⁷⁶.

Por outro lado, Catarina Costa Dias considera que, *“a medida de Acolhimento Familiar é uma medida que pretende ser a válvula de escape quando não exista outro familiar ou pessoa idónea à qual possa ser imbuída a guarda da criança ou jovem”*⁷⁷.

⁷⁶ Oliveira, Sara Raquel Gomes, *O direito a uma família – Significados, discursos e práticas de Acolhimento Familiar*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2012, consultado on-line em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24498/1/Sara%20Raquel%20Gomes%20de%20Oliveira.pdf>

⁷⁷ Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatória de estágio com vista a abtenção de estágio, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf, página 35

Face ao exposto apresentado até agora, podemos afirmar que, quer o instituto jurídico de Acolhimento Familiar, quer o instituto jurídico de Apadrinhamento Civil possuem um objectivo comum.

Esse objectivo passa por evitar que as crianças e jovens sejam objecto de institucionalização.

Importa encontrar a definição de família para efeitos do Acolhimento Familiar. Ora a Lei define família como sendo *“duas pessoas casadas entre si, ou que vivam uma com a outra há mais de dois anos em união de facto ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação”* (cf com o número 2 do artigo 46 da LPCJP).

Continuando a analisar o mesmo artigo, encontramos o seu número 3, onde se afirma que *“o Acolhimento Familiar tem lugar quando seja previsível a posterior integração da criança ou jovem numa família ou, não sendo possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida”*.

Ou seja, o Acolhimento Familiar tem um carácter transitório, onde o que se pretende é preparar uma futura Adopção de uma criança ou jovem, ou mesmo um futuro Apadrinhamento Civil, e assim cumprir com o preceito da *“posterior integração da criança ou do jovem numa família”*. Caso não seja possível essa situação, o Acolhimento Familiar pode e deve ser utilizado para que o jovem possa ser preparado para integrar-se na sociedade com vista a atingir o objectivo da sua autonomia para a vida.

Todos estes preceitos legais encontram interligação com um princípio que se encontra previsto e presente na LPCJP. Esse princípio denomina-se como princípio de prevalência da família. Este princípio encontra-se previsto na alínea h) do artigo.º 4 do LPCJP.

Por prevalência da família entende-se a *“promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem devendo ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adopção ou outra forma de integração familiar estável”*.

Paulo Delgado e Eliana Gersão quando se referem a este princípio defendem que, “ *a prevalência não é atribuída apenas às medidas que integrem a criança ou o jovem na sua família ou que promovam a sua adopção, como sucedia na formulação anterior, passando a ser concedida às medidas que os integrem em família, seja esta a sua família de origem, seja uma família adoptiva, uma família de acolhimento ou uma família que resulte da concretização d e uma medida cível, nomeadamente a Tutela ou o Apadrinhamento Civil*”⁷⁸.

O princípio da prevalência da família é um princípio com aplicação prática nos três institutos jurídicos que se encontram em estudo na presente dissertação: o Apadrinhamento Familiar, a Adopção e o Acolhimento Familiar.

O Acolhimento Familiar privilegia a sua aplicação em crianças até aos seis anos de idade, excepto nas situações que se encontram previstas nas alíneas a) e b) do número 4.º do artigo 46.º da LPCJP.

Essas excepções ocorrem quando a consideração da excepcional e específica situação da criança ou jovem carecido de protecção imponha a aplicação de acolhimento residencial, ou também, quando se constate uma impossibilidade de facto.

Estas excepções devem, no entanto, ser devidamente fundamentadas, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo.

A LPCJP institui no âmbito do Acolhimento Familiar um conjunto de direitos à criança ou jovem que se encontre nessa situação. Assim, e de acordo com o seu artigo 58.º são direitos das crianças e jovens em situação de Acolhimento Familiar, manter regularmente, em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham relação efectiva (sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de protecção); receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação de cuidados de saúde, formação escolar e profissional, bem como a participação

⁷⁸ Delgado, Paulo e Gersão Eliana, *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?*, Análise Social, LIII(1.º), 2018 (n.º 226), página 117

em actividades culturais, desportivas e recreativas; usufruir de um espaço de privacidade de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação; ser ouvido e participar activamente, em função do seu grau de discernimento, em todos os assuntos do seu interesse; receber dinheiro de bolso; a inviolabilidade da correspondência; não ser transferido da sua família de acolhimento, salvo quando essa decisão corresponda ao seu superior interesse; contactar, com garantia de confidencialidade, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Ministério Público, o juiz e o seu advogado; ser acolhido, sempre que possível, em família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, excepto se o seu superior interesse o desaconselhar e não ser separado de outro irmãos acolhidos, excepto se o seu superior interesse o desaconselhar.

Este conjunto de direitos e deveres das crianças e jovens alvo do Acolhimento Familiar também encontram expressão no Decreto-Lei n.º 142/2015 de 8 de Setembro, por via do seu artigo 24.º.

Este mesmo artigo acrescenta, no entanto, na parte final do seu n.º 2, um dever que é inerente à criança ou jovem: falamos no dever de participar, colaborando na execução do plano de intervenção no âmbito de um processo de acolhimento familiar de modo a que o mesmo possa ter sucesso.

Analisando os preceitos elencados anteriormente e comparando com o Apadrinhamento Civil, podemos tirar algumas ilações, que vamos passar a especificar.

Assim, enquanto o Acolhimento Familiar tem um carácter provisório, o Apadrinhamento Civil tem um carácter permanente e tendencialmente perpetuo.

O carácter transitório / provisório advém do facto do Acolhimento Familiar pretender integrar no futuro a criança numa família, nomeadamente por via da Adopção.

Já o Apadrinhamento Civil surge no ordenamento jurídico português como uma alternativa possível à figura jurídica da Adopção, nomeadamente, quando esta se torne inviável num determinado caso concreto, numa determinada criança

ou jovem. Assim essa criança ou jovem, que por via do Apadrinhamento Civil, passe a ter um projecto de vida delineado, onde modo a que esta criança ou jovem, possa ser devidamente acarinhada, amada e protegida.

Por outro lado, observa-se que a figura jurídica do Acolhimento Familiar é vocacionado para crianças de tenra idade (aliás, a Lei fala em crianças até 6 anos de idade), enquanto o Apadrinhamento Civil, vai para além dessa idade (até aos 18 anos de idade). Esta situação encontra-se aliás em consonância com o referido no parágrafo anterior, quando referimos o carácter provisório ou permanente de cada uma das figuras jurídica em análise.

Sobre este assunto, Paulo Delgado e Eliana Gersão preconizam que, *“a norma que estabelece os pressupostos da medida privilegia a aplicação do Acolhimento Familiar sobre o residencial relativamente a crianças até aos seis anos de idade, aproximando-se nesta formulação da solução legal existente em vários países da Europa. Esta será, provavelmente, uma das mudanças mais significativas operada pela alteração da Lei de Protecção, pois reconhece o Acolhimento Familiar como um contexto mais adequado para o bem-estar e o desenvolvimento da criança nesta faixa etária”*⁷⁹.

Se o objectivo do Acolhimento Familiar é o de enquadrar a criança, de modo a que a mesma possa ser adoptada, já no caso do Apadrinhamento Civil, o objectivo é dar à criança ou ao jovem afilhado, um projecto de vida com o máximo de estabilidade, evitando que esta seja institucionalizada até prefazer os 18 anos de idade e assim atingir a maioridade.

Como escreve Guilherme de Oliveira, *“o Apadrinhamento Civil nasceu como uma relação de acolhimento familiar duradouro, em complemento da Adopção e com a diferença marcante de não quebrar os vínculos com a família natural”*⁸⁰.

⁷⁹ Idem, página 121

⁸⁰ Oliviera, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017 página 38

Existem diferenças também entre os direitos dos Padrinhos / Madrinhas no âmbito do Apadrinhamento Civil e as famílias que prestam um serviço no âmbito do Acolhimento Familiar.

Assim, nos termos do número 3 do artigo 20º do Regime de execução do Acolhimento Familiar (Decreto-Lei 11/2008 de 17 de Janeiro) constitui direitos das famílias de acolhimento o seguinte:

- a) Informação referente à medida de Acolhimento Familiar, incluindo a relativa às condições de saúde, educação e problemáticas da criança ou do jovem e família natural, na medida indispensável à aceitação informada do Acolhimento Familiar e à sua execução;
- b) Formação inicial;
- c) Apoio técnico e formação contínua;
- d) Retribuição mensal pelos serviços prestados, por cada criança ou jovem;
- e) Subsídio para a manutenção, por cada criança ou jovem;
- f) Equipamento indispensável ao Acolhimento Familiar, sempre que necessário.

A retribuição de que fala a alínea d) cifra-se em 176,89€, subindo para 353,79€ se se tratar de uma criança ou jovem portador de uma deficiência, tendo neste caso de fazer prova anual da deficiência (valores de 2017). O subsídio para a manutenção previsto na alínea e) cifra-se em 153,40€ por cada criança ou jovem.

No entanto é possível prestar o serviço de Acolhimento Familiar de forma gratuita. Essa situação encontra a sua previsão legal no artigo 44.º do Regime de Execução do Acolhimento Familiar (Decreto-Lei.º 11/2008 de 17 de Janeiro), *“o regime previsto no presente Decreto-Lei aplica-se ainda, às situações em que o serviço de acolhimento é prestado gratuitamente, com as alterações decorrentes da natureza não onerosa do contrato”*.

Já quanto aos deveres das famílias de acolhimento podem e devem ser elencados como sendo os seguintes:

- a) Prestar o serviço de Acolhimento Familiar a crianças e jovens;
- b) Dar prioridade aos interesses e direitos da criança ou jovem;
- c) Orientar e educar a criança ou jovem com cuidado e afectividade, contribuindo para o seu desenvolvimento integral;
- d) Assegurar as condições para o fortalecimento das relações da criança ou jovem com a família natural;
- e) Informar a instituição de enquadramento e a família natural sobre a situação e o desenvolvimento da criança ou jovem;
- f) Dar conhecimento à instituição de enquadramento de quaisquer factos que alterem as condições da prestação do serviço, nomeadamente alterações na constituição do agregado familiar;
- g) Respeitar o direito da família natural à intimidade e reserva da vida privada;
- h) Comunicar à instituição de enquadramento e à família natural se mudarem de residência e o período e local de férias, a menos que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens ou o Tribunal o julgar inconveniente;
- i) Participar nos programas, acções de formação e reuniões promovidos pela instituição de enquadramento;
- j) Não acolher a título permanente outras crianças ou jovens para além das previstas no contrato em vigor;
- k) Renovar anualmente o documento comprovativo do estado de saúde de todos os elementos da família de acolhimento;
- l) Providenciar os cuidados de saúde adequados à idade de cada criança ou jovem e manter o seu boletim de saúde actualizado;
- m) Assegurar a cada criança ou jovem a frequência de estabelecimento de ensino adequado à sua idade e condições de desenvolvimento;

- n) Estar inscrito na respectiva repartição de finanças como trabalhador independente;
- o) Não pode ser candidato a Adopção durante o tempo em que o contrato está em vigor.

Assim, e comparando com o que se passa com os Padrinhos Civis, as Famílias de Acolhimento prestam um serviço em larga maioria remunerado, com os direitos e deveres inerentes, nomeadamente a nível fiscal e tributário, ao passo que os direitos dos Padrinhos Civis encontram-se equiparados aos direitos dos pais naturais em termos de regalias sociais, como foi aliás referido no Capítulo 1.12 da presente Dissertação.

Um ponto em comum entre a figura jurídica do Apadrinhamento Civil e o Acolhimento Familiar é papel que quer os serviços da Segurança Social, quer a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tem em ambas as figuras jurídicas. Ambas têm uma intervenção fundamental em cada uma das figuras jurídicas.

Assim, tal como foi referido em capítulo anterior, ambas as instituições desempenham a função de habilitação dos candidatos/as a padrinhos/madrinhas civis. Por sua vez, no Acolhimento Familiar, estas duas instituições desempenham o papel de instituições de enquadramento, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime de Execução do Acolhimento Familiar. Importa igualmente referir o conteúdo do número 2.º do mesmo artigo quando refere, *“mediante acordos de cooperação celebrados com os serviços de Segurança Social, as entidades que desenvolvem actividades nas áreas da infância e juventude, que disponham das equipas técnicas previstas no artigo 15.º. Podem actuar como instituições de enquadramento”*.

Constituem competências das Instituições de Enquadramento, de acordo com o artigo 11.º do Regime de Execução de Acolhimento Familiar:

- a) Promover a informação sobre o Acolhimento Familiar e a sensibilização da comunidade e das famílias para cooperarem na sua viabilização;

- b) Proceder ao recrutamento e à selecção das Famílias de Acolhimento;
- c) Estabelecer as condições da prestação de serviço de Acolhimento Familiar, através da formalização do respectivo contrato;
- d) Garantir a elaboração e execução do plano de intervenção bem como a sua supervisão e avaliação;
- e) Assegurar a execução de programas de formação inicial e de formação contínua, para a aquisição e o reforço de competências das famílias de acolhimento;
- f) Efectuar o pagamento dos valores devidos pela prestação do serviço de Acolhimento Familiar e pelo subsídio de manutenção da criança ou do jovem;
- g) Disponibilizar às famílias de Acolhimento Familiar, sempre que necessário, o equipamento indispensável ao acolhimento da criança ou do jovem;
- h) Disponibilizar às famílias de Acolhimento Familiar o apoio técnico necessário ao desenvolvimento do plano de intervenção e ao cumprimento das obrigações decorrentes do Acolhimento Familiar, sempre que se justifique;
- i) Celebrar contratos de seguros de acidentes pessoais para cobertura dos riscos a que se fiquem sujeitas as crianças e jovens;
- j) Proceder anualmente à avaliação do Acolhimento Familiar e elaborar o respectivo relatório.

Por outro lado, e de acordo com o número 2.º do mesmo artigo, compete em especial, às Instituições de Enquadramento, através das respectivas equipas técnicas:

- a) Instruir e apreciar o processo de candidatura a Família de Acolhimento;
- b) Analisar e actualizar o diagnóstico da situação da criança ou do jovem e da respectiva família natural;

- c) Concretizar o plano de intervenção para cada situação de Acolhimento Familiar, nos termos definidos no acordo de promoção e protecção ou decisão judicial;
- d) Acompanhar, com periodicidade regular, a situação de Acolhimento Familiar;
- e) Apoiar a família natural, em articulação com os serviços locais, com vista à reintegração familiar da criança ou do jovem.

Concluindo o presente capítulo e tendo em conta a já citada notícia do jornal público de 20.11.2018 relativa à apresentação do Relatório CASA, a jornalista Clara Viana *“dá conta de que existem actualmente 178 famílias de acolhimento e que no prazo de uma década se registou uma redução de 73% na oferta desta solução”*.

A mesma notícia, que cita a Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Ana Sofia Antunes refere que, *“enquanto não tivermos os meios necessários para garantir a supervisão e fiscalização das famílias de acolhimento, não nos sentimos seguros para aumentare o seu número, embora seja essa a nossa vontade (...) sem essa fiscalização, o acolhimento pode constituir um susto, já que tudo se passa dentro de portas, sem outras testemunhas do que os membros da família, o que não sucede nos lares para crianças e jovens”*.

A fiscalização aqui referida é aquela que se encontraprevista no artigo 42.º do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, ou seja, *“as famílias de acolhimento ficam sujeitas às acções de fiscalização dos serviços competentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social”*.

Paulo Delgado e Eliana Gersão de uma forma estruturada, no âmbito de um trabalho académico confirmam o atrás exposto, afirmando, *“a Lei n.º 147/99 tentou modificar a situação e tornar efectivas todas as medidas nela previstas, mas não conseguiu inverter a tradição institucionalizadora. O insucesso deveu-se sobretudo ao facto de não se terem mudado políticas e práticas do passado, continuando a canalizar-se os recursos financeiros e técnicos disponíveis para a criação e para o funcionamento de instituições de acolhimento, em vez de os*

*afectar às restantes medidas legalmente previstas. O investimento praticamente nulo no recrutamento de novas famílias de acolhimento, já salientado, é disso exemplo. Mas poder-se-ia também referir o pouco interesse em pôr em prática os programas de formação parental*⁸¹.

⁸¹ Delgado, Paulo e Gersão Eliana. *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?*, *Análise Social*, LIII(1.º), 2018 (n.º 226), página 128

CONCLUSÃO

Após ter sido feito a apresentação destes três institutos jurídicos: o Apadrinhamento Civil, a Adopção e o Acolhimento Familiar, todos com relevância no ordenamento jurídico português, no âmbito do Direito dos Menores, chegamos agora à fase de conclusão da presente dissertação.

Ao longo da mesma, centramos toda a nossa atenção na análise, mais ou menos exaustiva, do Apadrinhamento Civil, que como é do conhecimento público, entrou no nosso ordenamento jurídico há pouco menos de 10 anos (o RJAC foi publicado em 2009 e entrou em vigor em 2010).

O facto de estarmos perante um instituto jurídico relativamente jovem, talvez seja justificação para que o mesmo não esteja a funcionar em toda a sua plenitude, fazendo com que não esteja devidamente consolidado no sistema jurídico português.

Concluimos assim que não estão assim a ser aproveitadas todas as virtualidades deste instituto, de modo a poder ser útil a todas as crianças e jovens que estejam aptas a poder beneficiar do instituto de Apadrinhamento Civil.

Como refere Guilherme de Oliveira, e bem, na minha modesta opinião, *“o Apadrinhamento Civil é um instituto novo e que, salvo erro, não tem paralelo em outros sistemas jurídicos. Estas circunstâncias criavam a necessidade de promover o seu conhecimento, mas essa divulgação nunca foi feita”*⁸².

No mesmo sentido, encontramos Diana Cunha Ribeiro quando afirma na sua Dissertação de Mestrado, *“podemos concluir que esta é uma figura jurídica com potencialidade e que carece de mais aplicação por parte de quem tem o poder de a aplicar. Vista na sua génese e nos seus objectivos, permite e permitirá no futuro, em maior escala esperemos, minorar o sofrimento de muitas crianças e jovens que se vêm privadas de um meio de*

⁸² Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017 página 57

*desenvolvimento saudável e que lhes proporcione todo o amor e equilíbrio que merecem*⁸³.

Para que a figura jurídica do Apadrinhamento Civil fosse mais utilizada por quem tem condições de poder beneficiar dela, era importante fazer um bom trabalho de divulgação do mesmo. No entanto devemos ter em conta que estamos em Portugal, país que como se sabe tem recursos financeiros escassos, quer a nível estatal, quer a nível da sociedade civil.

É importante que existam pessoas disponíveis para serem Padrinhos Civis. Tarefa difícil sem dúvida, mas essencial e para o qual devem estar bem preparados, tendo sempre como premissa o facto de que não vão ser Pais, mas sim Padrinhos Civis. Citando de novo Guilherme de Oliveira *“só devem ser habilitados como padrinhos aqueles que não pretendem ter um filho, mas apenas ter um afilhado, que é filho dos seus progenitores”*⁸⁴.

Ser Padrinho Civil constitui um verdadeiro acto de amor altruísta que merece ser acarinhado e apoiado, quer seja pelo Estado, quer seja pela sociedade civil, pois esse carinho e apoio têm como consequência que crianças e jovens tenham um futuro que possa ser um futuro melhor.

Mas também é importante que as diferentes instituições e organismos que intervêm ao longo deste processo possam desempenhar um papel activo no desenvolvimento do Apadrinhamento Civil, de modo a que cada vez mais surjam casos de sucesso que estimulem mais pessoas a apadrinhar e com isso existam cada vez menos crianças e jovens institucionalizados. Como sabemos é esse um dos objectivos primordiais do Apadrinhamento Civil

O mesmo se passa com as outras figuras jurídicas abordadas neste trabalho, nomeadamente a do Acolhimento Familiar e a Adopção, que como sabemos tem por fim último o bem-estar das nossas crianças e dos nossos jovens, que

⁸³ Ribeiro, Diana Catarina Cunha, *Apadrinhamento Civil*, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 2015, consultado on-line em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>, pagina 56

⁸⁴ Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017 página 58

por algum motivo não tem uma família biológica estruturada que possa garantir esse bem-estar.

Para sustentar esta posição temos por exemplo, a notícia do Jornal Público, já anteriormente citada, e onde logo do início da mesma é referido, *“chamam-se famílias de acolhimento e são uma das soluções que a nível internacional tem vindo a ser privilegiadas para dar guarida às crianças e jovens que são retiradas aos seus núcleos familiares por se encontrarem em risco. Em Portugal continua a ser uma opção minoritariamente e por agora assim vai continuar, garantiu a Secretária de Estado da Inclusão (...) enquanto não tivermos os meios necessários para garantir a supervisão e fiscalização das famílias de acolhimento”*.

Continuando a citar a mesma notícia, e desta vez referindo-se à adopção, *“outra fonte do Instituto da Segurança Social considera que, à semelhança do que acontece noutros países europeus, a redução do número de adopções em Portugal é um fenómeno que irá acentuar-se devido sobretudo a dois factores: há menos crianças disponíveis devido á queda da natalidade e as condições de vida das famílias vão continuar a melhorar”*.

Cada caso de sucesso significa uma criança ou jovem feliz e integrada, com um projecto de vida pela frente e que no fundo merece (ou devia merecer) o que qualquer ser humano merece na vida: ser feliz!

Ou como escreve Maria Margarida Silva Pereira, *“a caminho de um mundo adulto que deixe na rectaguarda de uma infância mais feliz e plena, realizando-se as possibilidades máximas de desenvolvimento que as condições sociais permitam”*⁸⁵..

⁸⁵ Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.^a Edição, 2018, página 712

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV – *Regime Jurídico do Apadrinhamento Civil*, Observatório Permanente da Adopção, 1ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra 2011;
- Alfaiate, Ana Rita, *Apadrinhamento Civil: Regime Legal in Tutela Cível Superior Interesse da Família Tomo II*, Centro de Estudos Judiciários, 2014, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela_Civel_Superior_Interesse_Crianca_Tomoll.pdf;
- Alfaiate, Ana Rita e Ribeiro, Geraldo Rocha, *Reflexões a Propósito do Apadrinhamento Civil, in Tutela Cível Superior Interesse da Família Tomo II*, Centro de Estudos Judiciários, 2014, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/familia/Tutela_Civel_Superior_Interesse_Crianca_Tomoll.pdf;
- Dias, Catarina Costa, *A competência das CPCJ no Apadrinhamento Civil e comparação com a regulação do Exercício das responsabilidades parentais a favor de terceiro e com a Adopção Restrita*, relatório de estágio com vista a abtenção de estágio, disponível em https://run.unl.pt/bitstream/10362/22998/3/Dias_2017.pdf;
- Carmo, Rui do, *Apadrinhamento Civil – Um Recomeço? In I Congresso de Direito da Família e das Crianças*, Almedina, Coimbra, 2016
- Coelho, Francisco Pereira e Oliveira, Guilherme de, *Curso de Direito da Família – Volume I – Introdução Direito Matrimonial*, 5ª Edição, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016;
- Delgado, Paulo e Gersão Eliana, *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?*, *Análise Social*, LIII (1.º), 2018 (n.º 226);
- Martins, Rosa *Menoridade, (in)capacidade e cuidado parental*, Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, 2018
- Oliveira, Guilherme de, *Adopção e Apadrinhamento Civil*, Imprensa da Universidade on-line, 2017;
- Oliveira, Sara Raquel Gomes, *O direito a uma família – Significados, discursos e práticas de acolhimento Familiar*, Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2012, disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24498/1/Sara%20Raquel%20Gomes%20de%20Oliveira.pdf>;

- Pereira, Maria Margarida Silva, *Direito da Família*, AAFDL Editora, 2.^a Edição, 2018;
- Pinheiro, Jorge Duarte – *O Direito da Família Contemporâneo*; 3.^a ed./2011, Almedina;
- Ramião, Tomé d'Almeida, *Apadrinhamento Civil – Anotado e Comentado*, Quid Juris, 2011;
- Ribeiro, Diana Catarina Cunha, “Apadrinhamento Civil”, Dissertação de Mestrado, Coimbra, 2015, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/28641/1/Apadrinhamento%20civil.pdf>